

## SUMÁRIO

AJUDE O AUTOR A MANTER ESTA OBRA.....	7
SOBRE O AUTOR .....	9
OBRAS DO AUTOR.....	13
1. Livros Individuais .....	13
2. Livros Coletivos .....	14
3. Capítulos de Livros Publicados.....	17
4. Artigos Publicados em Revistas Jurídicas.....	24
5. Livro em homenagem .....	33
AGRADECIMENTOS.....	35
ABREVIATURAS E SIGLAS .....	63
LISTA DE FIGURAS .....	69
LISTA DE QUADROS.....	71
LISTA DE DIVERGÊNCIAS.....	73
APRESENTAÇÃO .....	77
COMO USAR ESTE LIVRO (INTERATIVIDADE).....	83
FONTES DE CONHECIMENTO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	89
1. Recopilações de leis e atos normativos .....	89
2. Jurisprudência .....	90
3. Tratados, cursos e manuais .....	100
4. Revistas jurídicas (impresas e on-line).....	103
5. Internet .....	124
6. Buscadores, repositórios e redes sociais .....	126
7. Catálogos.....	128
8. Legislação .....	134
9. Diários Oficiais .....	134
10. Diário da Justiça.....	135
11. Bancos de dados.....	137
12. Prática administrativa.....	138
13. Casotecas.....	138
14. Institutos de direito administrativo.....	139
15. Arbitragem .....	141

PARTE V  
MANIFESTAÇÃO E MATERIALIZAÇÃO DA VONTADE  
ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO XVIII - MEIOS OU FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DA VONTADE ADMINISTRATIVA .....	145
18.1 Manifestação da vontade sem liberdade e com liberdade .....	145
18.1.1 Tomada de eleição ou decisão .....	148
18.1.1.1 Distinção entre eleição e decisão .....	149
18.1.1.2 Decisão administrativa .....	152
18.1.2 Ambientes decisório .....	152
18.1.3 Aspecto temporal da decisão .....	153
18.1.4 Sujeito que decide .....	154
18.1.5 Processos, métodos e técnicas para tomada de eleição/decisão .....	155
18.1.5.1 Racionalidade delimitada .....	158
18.1.5.2 Incrementalismo .....	159
18.1.5.3 Planejamento compreensivo .....	159
18.1.5.4 Trocas justas .....	159
18.1.5.5 Adoção de decisões humildes .....	160
18.1.6 Etapas passos ou fases-chave nas tomadas de eleições/decisões .....	161
18.1.6.1 Condutas comissivas e omissivas .....	166
18.1.6.2 Decisão administrativa subjetiva .....	167
18.2 Classificações em torno dos diversos grupos de subjetividade ou autonomia pública .....	168
18.2.1 Vinculado, discricional ou graciável .....	169
18.2.2 Vinculado, facultativo ou faculdade e discricional .....	170
18.2.3 Conformadora, discricional e apreciativa .....	170
18.2.4 Vinculada, discricionariedade e margem de livre apreciação de conceitos indeterminados .....	171
18.3 Fases evolutivas e cronologicamente distintas das subjetividades ou autonomias públicas .....	175
18.3.1 Arbitrium e a origem da terminologia arbitrariedade .....	175
18.3.2 Discreto e o surgimento do termo discricionariedade .....	181
18.3.2.1 Estado liberal ou mínimo e a absoluta discricionariedade .....	186
18.3.2.2 Estado intervencionista e a maturação da discricionariedade .....	198
18.3.2.3 Estado pós-moderno e os novos enfrentamentos da discricionariedade .....	208

18.4 Distintas valorações subjetivas nas funções, formas e meios de atuação da atividade administrativa .....	211
18.4.1 Vinculatividade .....	212
18.4.2 Subjetividades ou autonomias públicas .....	214
18.5 Liberdade de conformação ou de configuração .....	216
18.6 Discricionariedade administrativa em seu sentido técnico-jurídico.....	221
18.6.1 Multidisciplinaridade do estudo da discricionariedade administrativa e sua dificuldade de definição .....	221
18.6.1.1 Principais contribuições da filosofia e da teoria geral do direito .....	225
18.6.2 Teorias, escolas, épocas ou conceitos de discricionariedade .....	227
18.6.2.1 Discricionariedade como consequência da relação entre a atividade administrativa e a lei .....	227
18.6.2.2 Discricionariedade como fruto do controle judicial da atividade administrativa.....	228
18.6.2.3 Discricionariedade como âmbito de independência da Administração	229
18.6.2.4 Discricionariedade como núcleo de decisão final .....	229
18.6.2.5 Discricionariedade como dever de adotar a solução mais adequada ....	230
18.6.3 Equivocidade e plurissignificado do termo discricionariedade .....	230
18.6.4 Tipos de decisões discricionais .....	232
18.6.4.1 Discricionariedades fraca e forte.....	232
18.6.4.1 Discricionariedades forte e instrumental.....	234
18.6.4.3 Discricionariedade por adjudicação e por negociação .....	235
18.6.4.4 Discricionariedade formal/informal e provisória/final.....	236
18.6.4.5 Discricionariedade processual e material.....	236
18.6.4.6 Discricionariedade de decisão e de trâmite .....	237
18.6.4.7 Discricionariedade do procedimento e do iter .....	237
18.6.4.8 Visão crítica desses tipos de decisão discricional .....	237
18.6.5 Modalidades discricionais .....	238
18.6.6 Conceito de discricionariedade administrativa .....	239
18.6.6.1 Diferenças entre discricionariedade potencial e efetiva.....	244
18.6.6.1.1 Atrofia, míngua ou redução da discricionariedade administrativa a zero ou a um .....	252
18.6.6.2 Distinção entre a discricionariedade de atuação e a discricionariedade de eleição .....	256
18.6.7 Divergência quanto aos elementos essenciais da definição da discricionariedade .....	260
18.6.8 Elementos constitutivos do conceito .....	263
18.6.8.1 Margem de liberdade/autonomia/volição.....	264

18.6.8.1.1 Principais motivos pelos quais se concede discricionariedade ao administrador.....	265
18.6.8.1.2 Vantagens e desvantagens de um sistema baseado em normas discricionais.....	268
18.6.8.1.3 A relativização da margem de liberdade/autonomia/volição.....	271
18.6.8.2 Administração Pública como sujeito.....	274
18.6.8.3 Dever de atender aos interesses públicos.....	275
18.6.7.8.1 Dever discricional.....	277
18.6.8.4 A norma jurídica como única fonte ordinária da discricionariedade administrativa.....	281
18.6.8.4.1 Delegação legislativa expressa, consciente e intencional.....	282
18.6.8.4.2 Norma jurídica.....	285
18.6.8.4.3 A discricionariedade administrativa e sua relação com as ações deônticas.....	287
18.6.8.4.4 A discricionariedade administrativa nos componentes lógico-estruturantes da norma jurídica de competência e de conduta.....	288
18.6.8.4.4.1 Doutrinas sobre a localização da discricionariedade nos componentes lógico-estruturantes da norma jurídica.....	290
18.7 Margem de livre apreciação dos conceitos jurídicos indeterminados.....	299
18.7.1 Surgimento da doutrina dos conceitos jurídicos indeterminados e a ideia de “livre discricionariedade”.....	300
18.7.2 Superação do caráter incontrolável dos conceitos jurídicos indeterminados e a doutrina da margem de livre apreciação.....	304
18.7.2.1 Correntes que admitem uma margem de livre apreciação isenta do controle judicial.....	306
18.7.2.2 Correntes que estimam injustificada a isenção de controle judicial.....	309
18.7.3 A margem de livre apreciação nos componentes lógico-estruturais da norma jurídica.....	311
18.7.4 Concepção de termo legal ou conceito jurídico indeterminado.....	314
18.7.4.1 Incerteza semântica responsável pelas dificuldades de determinação dos sentidos normativos.....	317
18.7.4.2 Discricionariedade técnica.....	321
18.7.5 Conceito (juízo) de prognose.....	333
18.7.6 Estrutura dos conceitos jurídicos indeterminados.....	335
18.7.7 Teoria da multivalência ou da duplicidade e teoria da univocidade ou da unicidade.....	338
18.7.8 Nossa posição quanto aos conceitos jurídicos indeterminados.....	340
18.8 Apreciatividade administrativa.....	343

18.8.1 Admissão pela doutrina de outras formas de subjetividade ou autonomias públicas que não as até aqui estudadas .....	343
18.8.2 As diferentes nomenclaturas relacionadas com a apreciatividade .....	348
18.8.3 Atividade apreciativa da Administração .....	351
18.8.4 Conceito de apreciatividade administrativa .....	356
18.8.5 Elementos constitutivos do conceito .....	357
18.8.5.1 Margem relativa de liberdade/autonomia/volição que se projeta sobre fatos e critérios interpretativos .....	357
18.8.5.1.1 Conduta comissiva ou omissiva .....	363
18.8.5.2 Existente em toda tomada de decisão na qual o agente público utiliza uma operação de discernimento ou ajuizamento para aplicar a norma, usando-se de critérios e subcritérios, ponderando interesses e fatores em conflito e atribuindo pesos relativos às opções .....	364
18.8.5.2.1 Servidores que atuam na linha de frente ou que têm contato direto com os cidadãos como sujeitos (street-level bureaucrats) .....	365
18.8.5.2.2 Criadores de políticas públicas.....	366
18.8.5.2.3 Principais características dos agentes que possuem apreciatividade .....	368
18.8.5.2.4 Tipos de condutas apreciativas.....	369
18.8.5.3 Decorrentes das indeterminações do Direito, como o conteúdo do Direito, os defeitos do sistema jurídico, da interpretação sistemática de um conjunto de normas e, principalmente, do exercício funcional.....	370
18.8.5.3.1 Fontes habilitadoras da apreciatividade .....	378
18.8.5.3.2 Diferentes fontes habilitadoras como modificadoras de eleições/decisões .....	394
18.8.6 Apreciatividade nas ações não deônticas, sem prévio procedimento administrativo e não tendo, necessariamente, um ato administrativo formal ao final de seu exercício.....	397
18.8.6.1 Apreciatividade nas atividades técnicas ou materiais e na coação administrativa.....	398
18.8.6.2 Ausência de ato administrativo .....	403
18.8.7 Atendendo aos interesses públicos.....	404
18.8.8 Distinções entre apreciatividade e conceitos afins.....	404
18.8.8.1 Margem de livre apreciação dos conceitos jurídicos indeterminados... ..	404
18.8.8.2 Poder gracioso .....	406
18.8.8.3 Interna corporis .....	408
18.9 Diferença entre as formas de subjetividades/autonomias públicas .....	409
18.10 Arbitrariedade .....	416
18.10.1 Interdição ou proibição da arbitrariedade .....	422

18.10.2 Interdição ou proibição de acoplamento .....423

**CAPÍTULO XIX - DEVERES-PODERES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS .....425**

19.1 Poder-dever ou dever-poder .....425

19.2 Características dos deveres-poderes.....428

19.2.1 Caráter instrumental .....428

19.2.2 Caráter irrenunciável e obrigatório .....428

19.3 Teoria dos poderes implícitos (inherent powers) .....428

19.4 Elenco dos principais deveres-poderes .....430

19.5 Dever-poder de satisfação aos interesses públicos, à boa administração, à eficiência e ao resultado .....433

19.5.1 Dever-poder de observância à legalidade .....436

19.5.2 Dever-poder de observância da legitimidade .....437

19.5.3 Dever-poder de observância da licitude .....438

19.5.4 Dever-poder de observância dos direitos humanos.....439

19.5.5 Pedra angular dos limites à tomada de decisão administrativa .....441

19.6 Dever-poder normativo e regulamentar .....442

19.6.1 Dever-poder de realizar políticas públicas .....446

19.6.2 Dever-poder de estabelecer códigos de ética ou deonticos .....449

19.7 Dever-poder organizatório (hierárquico ou de direção).....450

19.7.1 Dever-poder de planejar .....452

19.7.2 Dever-poder de ordenar, de obediência e de rejeição .....453

19.7.3 Dever-poder de coordenar.....456

19.7.3.1 Dever-poder de estabelecer normas intrapessoais internas (diretrizes) 457

19.7.3.2 Dever-poder de criação de manuais administrativos .....459

19.7.4 Dever-poder de dirimir conflitos de atribuição entre os subordinados ....460

19.7.5 Dever-poder consultivo e de emissão de informes ou relatórios .....460

19.7.6 Dever-poder de supervisionar, inspecionar, vigiar, fiscalizar, inspecionar ou controle.....462

19.7.7 Dever-poder de observância à sua própria intuição, experiência e lógica462

19.7.8 Dever-poder de capacitações e treinamento de pessoal .....464

19.7.9 Dever-poder de transmitir ensinamentos (escola de formação de pessoal) .....465

19.7.10 Dever-poder de observância dos costumes; das práxis, das práticas e dos usos administrativos; e dos precedentes administrativos .....466

19.7.10.1 Lex artis e malpraxis .....469

19.7.11 Dever-poder de designar atribuições.....	470
19.7.12 Dever-poder de reexaminar, corrigir ou revisar.....	471
19.8 Dever-poder de servir.....	472
19.8.1 Dever-poder de execução de serviços.....	472
19.8.2 Dever-poder de realização de processo seletivo para contratação de pessoal.....	473
19.8.3 Dever-poder de ser diligente.....	473
19.8.4 Dever-poder de cuidado.....	474
19.8.5 Dever-poder de lealdade.....	474
19.8.6 Dever-poder de honestidade.....	475
19.8.7 Dever-poder de probidade.....	475
19.8.8 Dever-poder de prestar contas.....	475
19.8.9 Dever-poder de considerar as consequências da decisão.....	477
19.8.10 Dever-poder de informar ou manter sigilo.....	480
19.8.11 Dever-poder de proteção de dados.....	481
19.8.12 Dever-poder de registro.....	482
19.8.13 Dever-poder de guarda, aprimoramento e conservação.....	482
19.8.14 Dever-poder de manutenção.....	483
19.8.15 Dever-poder de elaborar laudo técnico.....	484
19.8.16 Dever-poder de observância da jurisprudência e da doutrina.....	484
19.9 Dever-poder de observância dos princípios jurídicos.....	486
19.9.1 Dever-poder de impessoalidade.....	486
19.9.2 Dever-poder de moralidade, da boa-fé e da proteção da confiança ou expectativa legítima.....	487
19.9.3 Dever-poder de segurança jurídica.....	489
19.9.4 Dever-poder de publicidade.....	489
19.9.5 Dever-poder de imparcialidade ou isonomia.....	491
19.9.6 Dever-poder de conceder oportunidade a cada indivíduo de participar...	493
19.10 Dever-poder de manifestar suas vontades.....	494
19.10.1 Dever-poder de fundamentar a sua decisão.....	495
19.10.2 Dever-poder de racionalidade.....	497
19.10.3 Dever-poder de razoabilidade.....	497
19.10.4 Dever-poder de proporcionalidade.....	498
19.10.5 Dever-poder observar a máxima objetividade.....	499
19.10.6 Dever-poder anulatório.....	500
19.10.7 Dever-poder revogatório/substitutivo.....	501
19.10.8 Dever-poder convalidatório/sanatório.....	502

19.11 Dever-poder de firmar e cumprir acordos, contratos e convênios administrativos .....	502
19.11.1 Dever-poder de licitar .....	503
19.11.2 Dever-poder concedente.....	504
19.11.3 Dever-poder rescisório .....	504
19.11.4 Dever-poder de cumprimento das promessas .....	505
19.12 Dever-poder de planejar e planificar.....	508
19.13 Dever-poder sancionatório/disciplinar .....	510
19.13.1 Dever-poder de apurar.....	511
19.13.2 Dever-poder de representar (denunciar/prestar queixa).....	511
19.13.3 Dever-poder de consentimento .....	512
19.13.4 Dever-poder de fiscalização.....	512
19.13.5 Dever-poder cautelar e de cautela .....	512
19.14 Dever-poder de conservação e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural.....	514
19.15 Dever-poder desapropriatório/expropriatório .....	515
19.15.1 Dever-poder de indenizar o desapropriado/expropriado.....	515
19.15.2 Dever-poder confiscatório.....	515
19.16 Dever-poder de preservação e precaução ambiental.....	516
19.17 Dever-poder de recuperação ambiental.....	518
19.18 Dever-poder do devido processo legal .....	518
19.18.1 Dever-poder do conferir ampla defesa e contraditório .....	519
19.18.2 Dever-poder de notificação pessoal .....	520
19.19 Dever-poder de sanar as pretensões reintegratórias dos particulares.....	522
19.19.1 Dever-poder de ressarcir, restabelecer, reconstruir e restituir.....	523
19.20 Dever-poder de controle.....	523
19.21 Dever-poder de observância ao direito internacional público geral ou comum.....	525
19.22 Dever-poder de observância ao direito comunitário .....	526
19.23 Dever-poder de observância do direito internacional convencional .....	528
19.24 Dever-poder de observância do direito proveniente de organizações internacionais .....	529
19.25 Outros deveres-poderes .....	530

## CAPÍTULO XX - PROCEDIMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS .....

533

20.1 Atividades administrativas, procedimentos e processos .....	533
------------------------------------------------------------------	-----

20.2 Diferença entre procedimento e processo administrativo .....	538
20.2.1 Diferença entre processo administrativo e processo judicial .....	541
20.3 Conceito de procedimento administrativo .....	542
20.3.1 Elementos constitutivos do conceito .....	543
20.3.1.1 Sucessão dinâmica e concatenada de atos administrativos .....	543
20.3.1.2 Manifestação de vontade específica de forma relativamente autônoma, coerente e lógica.....	544
20.3.1.3 Objetivo de expedir/produzir ou desfazer um ato administrativo ou uma decisão administrativa final.....	545
20.3.1.4 Para realizar uma atividade ou função administrativa .....	545
20.4 Conceito de processo administrativo .....	546
20.4.1 Elementos constitutivos do conceito .....	546
20.4.1.1 Relação jurídica estabelecida entre as partes .....	546
20.4.1.2 Partes envolvidas em controvérsia ou litígio .....	546
20.4.1.3 Dá-se por meio do procedimento administrativo e do contraditório.....	547
20.4.1.4 Interessados confrontam direitos, deveres e participam da formulação de decisão administrativa final.....	547
20.5 Classificação de procedimento ou processo administrativo.....	548
20.6 Fins e funções dos procedimentos administrativos.....	550
20.6.1 Satisfação dos interesses públicos.....	550
20.6.2 Proteção dos direitos dos administrados .....	551
20.6.3 Melhor cumprimento dos fins da Administração.....	551
20.6.4 Garantia da democracia por meio da participação dos interessados .....	552
20.6.5 Previsibilidade e confiança .....	554
20.6.6 Meio de evitar arbitrariedade .....	555
20.6.7 Instrumento de controle.....	555
20.6.8 Redução da litigiosidade .....	556
20.6.9 Expedição/produção ou o desfazimento do ato ou decisão final .....	556
20.6.10 Documentar a atividade estatal .....	556
20.7 Necessidade de procedimento ou processo administrativo para emissão de atos administrativos.....	557
20.8 Procedimento e processo administrativo devido e formal .....	558
20.9 Obrigação de meio e não de resultado .....	561
20.10 Princípios setoriais do procedimento e do processo administrativo .....	562
20.10.1 Oficialidade .....	563
20.10.2 Gratuidade .....	564
20.10.3 Devido processo legal .....	564
20.10.4 Ampla defesa e contraditório .....	565

20.10.5 Pluralidade de instâncias ou recorribilidade das decisões administrativas .....	567
20.10.6 Formalismo moderado (informalismo/utilidade ou efetividade) .....	568
20.10.7 Celeridade, transparência e linguagem de fácil compreensão .....	569
20.10.8 Verdade material .....	570
20.10.9 Publicidade .....	572
20.10.10 Motivação .....	572
20.10.11 Lealdade e boa-fé .....	573
20.10.12 Imparcialidade .....	573
20.10.13 Identidade física do julgador .....	574
20.11 Modalidades procedimentais ou processuais .....	575
20.12 Fases e trâmites .....	577
20.12.1 Instauração/iniciação .....	577
20.12.1.1 Admissibilidade .....	578
20.12.1.2 Denúncia anônima .....	580
20.12.1.3 Forma, tempo e lugar .....	581
20.12.1.4 Interessados .....	583
20.12.1.5 Representação/procuração .....	584
20.12.1.6 Citação e intimação .....	585
20.12.1.6.1 Intimação em nome da sociedade de advogados .....	587
20.12.1.6.2 Ônus da intimação das testemunhas .....	587
20.12.2 Instrução .....	589
20.12.2.1 Consulta e audiência pública .....	589
20.12.2.2 Amicus curiae (amigo da Corte) .....	590
20.12.2.3 Ônus da prova .....	591
20.12.2.4 Documentos, pareceres, diligências, perícias e alegações .....	592
20.12.2.5 Busca e apreensão .....	595
20.12.2.6 Negócio jurídico processual administrativo .....	595
20.12.2.7 Prazo .....	596
20.12.2.8 Relatório .....	598
20.12.3 Julgamento/finalização .....	598
20.12.3.1 Impedimento e suspeição .....	598
20.12.3.2 Dever-poder de decisão e motivação .....	600
20.12.3.2.1 Dever-poder de garantir acesso à informação versus dever-poder de decidir e de se pronunciar .....	602
20.12.3.2.2 Diferença entre decidir e pronunciar .....	602
20.12.3.2.3 Dever-poder formal e dever-poder substantivo de decidir .....	603
20.12.3.2.4 Características do dever-poder de decidir .....	603

20.12.3.2.5 Motivação explícita, suficiente, clara e congruente .....	604
20.12.3.3 Decisão coordenada .....	608
20.12.3.4 Precedente administrativo .....	608
20.12.3.5 Precedente judicial .....	612
20.12.3.6 Mudança de lei durante o processo administrativo .....	614
20.12.3.7 Extinção ou término .....	616
20.12.4 Recurso.....	617
20.12.4.1 Tipos de recursos.....	617
20.12.4.1.1 Recurso hierárquico (próprio e impróprio) .....	618
20.12.4.1.2 Pedido de reconsideração ou representação .....	619
20.12.4.1.3 Recurso de revisão .....	620
20.12.4.1.4 Recurso de ofício.....	620
20.12.4.2 Impossibilidade de lei exigir garantia como condição para interposição de recursos.....	621
20.12.4.3 Recurso de decisão que viola enunciado da súmula vinculante.....	621
20.12.4.4 Efeito devolutivo e suspensivo.....	622
20.12.4.5 Tramitação e reformatio in pejus .....	622
20.13 Prazos, preclusão e coisa julgada .....	625
20.13.1 Contagem de prazos em dias (corridos e úteis), em meses ou em anos.....	625
20.13.2 Prazos para o administrado instaurar processos administrativos, apresentação de petições ou interpor recursos .....	626
20.13.3 Prazos para a Administração Pública rever os seus próprios atos (decadência e prescrição administrativa) .....	627
20.13.3 Prazos para a Administração Pública aplicar sanções administrativas ..	634
20.13.4 Suspensão e interrupção dos prazos .....	634
20.13.5 Prazo em dobro quando os litisconsortes possuam diferentes procuradores .....	635
20.13.6 Preclusão .....	636
20.13.7 Coisa julgada administrativa .....	637
20.14 Silêncio administrativo.....	639
20.14.1 Origem da teoria ou da doutrina do silêncio administrativo .....	640
20.14.2 Situação da teoria no Brasil.....	641
20.14.2.1 Responsabilidade do Estado em casos de silêncio administrativo.....	642
20.14.2.2 Divergência em torno da natureza jurídica do silêncio administrativo .....	650
20.14.3 Silêncio como desvio de poder/abuso de poder .....	654
20.14.4 Constitucionalidade e anormalidade .....	655
20.14.5 Efeitos positivos e negativos .....	655

20.14.5.1 Necessidade de previsão normativa .....	656
20.14.5.2 Efeitos positivos do silêncio administrativo (silêncio positivo – aceitação tácita) .....	663
20.14.5.2.1 Natureza jurídica do silêncio positivo .....	667
20.14.5.2.2 Fundamento do silêncio positivo .....	669
20.14.5.2.3 Consequências e limites jurídicos do silêncio positivo .....	670
20.14.5.2.4 Tipos ou espécies de silêncio positivo .....	674
20.14.5.3 Efeitos negativos do silêncio administrativo (silêncio negativo – indeferimento tácito) .....	675
20.14.5.3.1 Natureza jurídica do silêncio negativo .....	680
20.14.5.3.2 Fundamento do silêncio negativo .....	683
20.14.5.3.3 Tipos ou espécies de silêncio negativo .....	683
20.14.5.4 Efeitos translativos do silêncio administrativo (silêncio translativo – mudança da autoridade competente para decidir) .....	684
20.14.6 Silêncio da Administração e classificações dos silêncios administrativos .....	686
20.14.7 Requisitos básicos do silêncio administrativo .....	688
20.14.7.1 Procedimento administrativo iniciado de ofício ou pelo interessado e o dever legal de decidir .....	688
20.14.7.2 Inatividade formal ou omissão específica da Administração durante determinado período .....	690
20.14.7.2.1 Solicitação de elementos adicionais para o procedimento (suspensão da contagem do prazo) .....	691
20.14.7.2.2 Prorrogação do prazo .....	692
20.14.7.3 Necessária disposição expressa dos efeitos .....	693
20.14.8 Críticas e mecanismos de solução ao silêncio administrativo .....	696
20.14.9 Relações entre os princípios constitucionais e o silêncio administrativo .....	700
20.14.10 Casos em que não se produz o silêncio administrativo .....	701
20.14.11 Silêncio administrativo e a teoria da invalidez dos atos administrativos .....	702
20.14.12 Diferenças entre silêncio administrativo e institutos afins .....	703
20.14.12.1 Ato implícito .....	703
20.14.12.2 Inércia administrativa (silêncio preclusivo) .....	704
20.14.13 Resolução expressa tardia e revogação dos efeitos do silêncio administrativo .....	711
20.15 Necessidade de processo administrativo como condição de ação para ajuizar demandas contra a Administração .....	715

<b>CAPÍTULO XXI - MEIOS, FORMAS, TÉCNICAS E ETAPAS DE EXTERIORIZAÇÃO OU MATERIALIZAÇÃO DA VONTADE ADMINISTRATIVA</b> .....	721
21.1 Múltiplos meios ou formas de condutas administrativas .....	722
21.2 Nossa classificação quanto aos meios ou formas de condutas administrativas .....	730
21.2.1 Conduta administrativa expressa.....	731
21.2.2 Conduta administrativa tácita ou implícita .....	732
21.2.3 Conduta administrativa presumida.....	732
21.3 Linguagem escrita como veículo de comunicação administrativa.....	733
21.4 Espécies de meios ou formas de exteriorização ou manifestação da vontade administrativa .....	733
21.4.1 Ato administrativo unilateral, bilateral ou multilateral .....	736
21.4.2 Coação administrativa .....	737
21.4.3 Atividade técnica ou material administrativa.....	738
21.4.4 Atos privados praticados pela Administração.....	739
21.4.5 Atos políticos ou de governo.....	739
21.4.5 Atos legislativos .....	740
21.5 Técnicas ou etapas para a tomada de decisão e exteriorização ou materialização da vontade administrativa .....	743
21.5.1 Constatação da capacidade, da competência, da investidura e do caráter organizacional e procedimental.....	744
21.5.2 Verificação das normas, comandos e políticas aplicáveis e realização de suas determinações semânticas .....	746
21.5.3 Resolução das competências e conflitos normativos .....	750
21.5.4 Avaliação do complexo fático.....	752
21.5.5 Identificação do problema vigente .....	754
21.5.6 Atividade que conduz o agente público à decisão .....	755
21.5.6.1 Classificação dos problemas, dos objetivos a alcançar e do peso ou valoração das alternativas ou opções .....	757
21.5.6.2 Opção pelas formas e meios viáveis (coleta de informação e elenco de formas e meios preferentes) .....	760
21.5.6.3 Determinação do momento de utilização das formas e meios .....	763
21.5.6.4 Aplicar as formas e meios escolhidos aos fatos (conversão da decisão em ação) .....	763

<b>CAPÍTULO XXII - ATOS ADMINISTRATIVOS UNILATERIAS</b> .....	769
22.1 Surgimento da teoria do ato administrativo .....	769
22.2 Ato administrativo como ato jurídico .....	770
22.3 Conceito de ato administrativo.....	771
22.3.1 Elementos constitutivos do conceito.....	772
22.3.1.1 Exteriorização ou manifestação de vontade, juízo ou conhecimento do Estado ou de seu representante .....	772
22.3.1.1.1 Automação administrativa (ato administrativo informático ou eletrônico) .....	777
22.3.1.2 Exercendo uma função administrativa .....	781
22.3.1.3 Ter por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir ou declarar direitos ou obrigações.....	783
22.3.1.4 Atendendo sempre aos interesses públicos .....	784
22.3.1.5 Aplicando obrigações tanto a si mesma como a seus administrados ....	784
22.4 Espécie de atos administrativos .....	784
22.5 Atos administrativos unilaterais concretos (atos administrativos propriamente ditos) .....	785
22.5.2 Histórico.....	786
22.5.3 Elementos constitutivos e requisitos de validade do ato administrativo unilateral concreto .....	788
22.5.3.1 Sujeito .....	792
22.5.3.1.1 Capacidade .....	793
22.5.3.1.2 Competência (previsibilidade e comprovabilidade).....	794
22.5.3.1.2.1 Decorre da Constituição ou da lei .....	797
22.5.3.1.2.2 Irrenunciabilidade, intransferibilidade, imodificabilidade, improrrogabilidade e imprescritibilidade .....	797
22.5.3.1.2.3 Delegação e avocação .....	798
22.5.3.1.3 Investidura (legitimidade) .....	798
22.5.3.1.4 Alternatividade administrativista .....	799
22.5.3.2 Forma .....	803
22.5.3.2.1 Formalidade (princípio da solenidade e da simetria das formas).....	804
22.5.3.2.2 Coerência, consistência e compatibilidade .....	806
22.5.3.2.3 Forma de publicação e transparência .....	808
22.5.3.2.4 Necessidade de motivação .....	809
22.5.3.2.6 Procedimento ou processo.....	811
22.5.3.2.7 Comodidade administrativa .....	812
22.5.3.3 Motivo .....	813

22.5.3.3.1 Existência .....	816
22.5.3.3.2 Suficiente e relevante .....	816
22.5.3.3.3 Adequabilidade .....	816
22.5.3.3.4 Congruente, compatível e conforme .....	817
22.5.3.3.6 Proporcionalidade .....	818
22.5.3.3.7 Oportunidade administrativa .....	818
22.5.3.4 Objeto .....	818
22.5.3.4.1 Possibilidade e licitude .....	820
22.5.3.4.2 Congruente, compatível e conforme .....	820
22.5.3.4.3 Eficiência .....	820
22.5.3.4.4 Conveniência administrativa .....	821
22.5.3.5 Finalidade .....	821
22.5.3.5.1 Precisão ou apropriabilidade .....	825
22.5.3.5.2 Congruente, compatível e conforme .....	825
22.5.3.5.3 Valorabilidade e harmonizabilidade .....	825
22.5.3.5.4 Propositividade administrativa .....	825
22.5.4 Fases da constituição do ato administrativo .....	826
22.5.4.1 Existência .....	826
22.5.4.2 Validade .....	826
22.5.4.3 Eficácia .....	829
22.5.4.4 Relação entre as fases de constituição do ato administrativo .....	831
22.5.5 Características/atributos do ato administrativo .....	832
22.5.5.1 Exigibilidade e executoriedade .....	833
22.5.5.2 Exequibilidade .....	834
22.5.5.3 Imperatividade ou coercibilidade .....	834
22.5.5.4 Efetividade .....	835
22.5.5.5 Relatividade .....	836
22.5.6 Subespécies de atos administrativos unilaterais concretos .....	836
22.5.6.1 Atos administrativos ordinatórios .....	837
22.5.6.1.1 Instruções .....	837
22.5.6.1.2 Circulares .....	838
22.5.6.1.3 Avisos .....	838
22.5.6.1.4 Portarias .....	838
22.5.6.1.5 Ordens de serviço .....	838
22.5.6.1.6 Ofícios .....	839
22.5.6.1.7 Despachos .....	839
22.5.6.1.8 Memorandos .....	839
22.5.6.2 Atos administrativos negociais/receptícios (ou de consentimento) .....	840

22.5.6.2.1 Licenças.....	841
22.5.6.2.2 Permissão .....	842
22.5.6.2.3 Autorização .....	842
22.5.6.2.4 Admissão.....	843
22.5.6.2.5 Registro .....	843
22.5.6.3 Atos administrativos enunciativos (meramente opinativos e declaratórios).....	843
22.5.6.3.1 Pareceres .....	845
22.5.6.3.2 Certidões .....	847
22.5.6.3.3 Atestados .....	848
22.5.6.3.4 Apostilas ou apostilamentos (averbações) .....	848
22.5.6.3.5 Autos de infração .....	848
22.5.6.4 Atos administrativos de controle (de verificação ou confirmatórios)...	849
22.5.6.4.1 Aprovações.....	849
22.5.6.4.2 Homologações.....	849
22.5.6.4.3 Vistos.....	850
22.5.6.5 Atos administrativos punitivos (ou sancionatórios).....	850
22.5.6.5.1 Advertência ou admoestação pública.....	851
22.5.6.5.2 Multa .....	852
22.5.6.5.3 Embargo de obras.....	852
22.5.6.5.4 Demolição administrativa .....	852
22.5.6.5.5 Apreensão ou destruição de coisas.....	853
22.5.6.5.6 Interdições, suspensões ou proibição de atividades .....	853
22.5.6.5.7 Suspensões de vendas e/ou fabricação de produto.....	854
22.5.6.5.8 Cancelamento de registro de produto.....	854
22.5.6.5.9 Proibições ou suspensões de propaganda e publicidade .....	855
22.5.6.5.10 Imposição de mensagem retificadora.....	855
22.5.6.5.11 Revogação ou rescisão .....	855
22.5.6.5.12 Caducidade ou cassação.....	856
22.5.6.5.13 Cancelamento do consentimento estatal para o funcionamento da entidade .....	856
22.5.6.5.14 Cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimentos .....	856
22.5.6.5.15 Suspensões ou inabilitações temporárias para o exercício de cargo	857
22.5.6.5.16 Intervenção administrativa .....	857
22.5.6.5.17 Suspensão temporária do direito de participar de futuras licitações	858
22.5.6.5.18 Declaração de inidoneidade .....	858
22.5.6.5.19 Confisco .....	858
22.5.6.5.20 Inscrição em Cadastros Nacionais de Defesa dos Particulares .....	859

22.5.6.5.21 Cisão de sociedade, transferência de controle societário, venda de ativos ou cessação parcial de atividade .....	859
22.5.6.5.22 Proibição de exercer o comércio em nome próprio ou como representante de pessoa jurídica.....	859
22.5.7 Desfazimento ou extinção dos atos administrativos .....	860
22.5.7.1 Normal ou natural .....	860
22.5.7.2 Subjetiva.....	861
22.5.7.3 Objetiva .....	861
22.5.7.4 Por manifestação de vontade do particular .....	861
22.5.7.4.1 Renúncia.....	861
22.5.7.4.2 Recusa .....	862
22.5.7.5 Por manifestação de vontade da Administração .....	862
22.5.7.5.1 Caducidade ou decaimento .....	863
22.5.7.5.2 Contraposição ou derrubada.....	865
22.5.7.5.3 Cassação .....	866
22.5.7.5.4 Nulidade .....	867
22.5.7.5.5 Revogação .....	869
22.5.8 Convalidação ou sanatória .....	874
22.5.8.1 Atos nulos e anuláveis.....	878
22.5.8.2 Vícios insanáveis (atos nulos), sanáveis (atos anuláveis) e ato irregular .....	879
22.5.8.3 Modalidades de convalidação/sanatória.....	880
22.5.8.3.1 Ratificação do sujeito.....	880
22.5.8.3.2 Reforma da forma .....	882
22.5.8.3.3 Conversão do objeto.....	883
22.5.8.3.4 Prescrição administrativa e judicial .....	885
22.5.8.4 Confirmação .....	886
22.6 Atos administrativos unilaterais abstratos (regulamentos administrativos)	887
22.6.1 Histórico .....	890
22.6.2 Diferença entre regulamentos e atos administrativos propriamente ditos	891
22.6.3 Tipos de regulamentos .....	894
22.6.3.1 Regulamentos executivos (secundum legem) .....	894
22.6.3.2 Regulamentos independentes ou autônomos (praeter o extra legem)...	895
22.6.3.3 Regulamentos de necessidade (contra legem).....	895
22.6.4 Regulamento como norma jurídica e sua relação com as leis.....	895
22.6.4.1 Princípio da supremacia da lei e da reserva da lei .....	895
22.6.4.2 Princípio da inderrogabilidade singular dos regulamentos .....	897
22.6.5 Veículos formais adequados para expedição de regulamentos .....	898

22.6.5.1	Decretos regulamentares ou normativos .....	898
22.6.5.2	Decretos autônomos .....	899
22.6.5.3	Regimentos.....	900
22.6.5.4	Resoluções.....	900
22.6.5.5	Deliberações.....	901
22.6.5.6	Portarias de conteúdo genérico .....	901
22.6.5.7	Instruções normativas.....	901
22.6.5.8	Pareceres normativos .....	902
22.6.6	Procedimento de elaboração dos regulamentos .....	902
22.7	Classificação dos atos administrativos unilaterais .....	904
22.7.1	Quanto aos destinatários (gerais e individuais).....	904
22.7.2	Quanto à situação jurídica gerada (normativos ou concretos) .....	905
22.7.3	Quanto às prerrogativas ou imperatividade (de império ou de gestão)....	906
22.7.4	Quanto à natureza da relação (de subordinação [de relação]) ou de coordenação (de gestão).....	907
22.7.5	Quanto à liberdade de atuação ou competência (vinculados [ou regradados]) ou subjetivos/autônomos).....	908
22.7.6	Quanto à intervenção da vontade ou à vontade formadora (simples, composta ou complexa).....	909
22.7.7	Quanto aos efeitos (constitutivos ou declaratórios) .....	912
22.7.8	Quanto à retratabilidade (retratável ou irretratável).....	914
22.7.9	Quanto à repercussão sobre a esfera jurídica do particular (ampliativos ou restritivos) .....	915
22.7.10	Quanto ao espectro de produção de efeitos (interno ou externo).....	915
22.7.11	Quanto à articulação do objeto (isolado ou articulado) .....	916
22.7.12	Quanto à relação do objeto (principal, complementar, intermediário, condicionante ou decisório) .....	916
22.7.13	Quanto à duração dos efeitos (instantâneo ou continuado).....	918
22.7.14	Quanto à forma (escrito, verbal ou simbólico).....	918
22.7.15	Quanto à exequibilidade (perfeito, imperfeito, pendente, suspensivo e consumado) .....	919

**CAPÍTULO XXIII - ATOS ADMINISTRATIVOS BILATERAIS OU MULTILATERAL/PLURILATERAL .....** 921

23.1	Gênero que comporta inúmeras espécies .....	921
23.2	Contratos administrativos.....	927
23.2.1	Competência legislativa .....	927

23.2.2 Normas gerais.....	928
23.2.3 Conceito de contratos administrativos .....	929
23.2.4 Elementos constitutivos do conceito .....	930
23.2.4.1 Acordo de duas vontades, em que pelo menos uma das partes seja a Administração Pública (agindo nessa qualidade) ou faça as suas vezes (negócio jurídico bilateral).....	930
23.2.4.2 Precedido de um rito licitatório ou de contratação direta .....	932
23.2.4.2.1 Conceito e finalidade.....	936
23.2.4.2.2 Objeto e modalidade de licitação .....	937
23.2.4.2.2.1 Contratação de bens e serviços especiais e obras e serviços de engenharia comuns e especiais (concorrência) .....	937
23.2.4.2.2.2 Contratação de bens e serviços comuns, inclusive, serviços comuns de engenharia (pregão, excepcionalmente para esse último, concorrência) .....	939
23.2.4.2.2.3 Contratação de trabalho técnico, científico ou artístico (concurso).....	943
23.2.4.2.2.4 Alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos (leilão) .....	944
23.2.4.2.2.5 Locação de bens imóveis (concorrência) .....	945
23.2.4.2.2.6 Utilização de bens públicos (leilão ou pregão) .....	945
23.2.4.2.2.7 Delegação de serviços públicos (concorrência, diálogo competitivo, concurso, pregão ou leilão) .....	946
23.2.4.2.3 Instrumentos auxiliares .....	954
23.2.4.2.3.1 Credenciamento.....	954
23.2.4.2.3.2 Pré-qualificação.....	957
23.2.4.2.3.3 Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) .....	958
23.2.4.2.3.4 Sistema de Registro de Preços (SRP).....	960
23.2.4.2.3.5 Registro Cadastral .....	964
23.2.4.2.4 Procedimentos .....	966
23.2.4.2.4.1 Preparatória (fase interna) .....	967
23.2.4.2.4.1.1 Submissão da minuta de edital e do contrato à Consulta Pública e convocação à Audiência Pública.....	969
23.2.4.2.4.1.2 Repartição objetiva dos riscos ou matriz de risco .....	974
23.2.4.2.4.2 Necessidade de publicação e divulgação do edital de licitação .....	976
23.2.4.2.4.2.1 Princípio da vinculação ao edital .....	977
23.2.4.2.4.2.2 Possibilidade de alteração do edital .....	978
23.2.4.2.4.2.3 Pedidos de esclarecimentos e impugnações .....	982
23.2.4.2.4.3 Apresentação de propostas e lances, quando for o caso.....	983
23.2.4.2.4.3.1 Princípio da imutabilidade das propostas.....	984
23.2.4.2.4.4 Julgamento .....	984

23.2.4.2.4.4.1	Possibilidade de inversão .....	986
23.2.4.2.4.5	Habilitação .....	986
23.2.4.2.4.6	Recursal.....	987
23.2.4.2.4.6.1	Atos da Administração sobre os quais o recurso é cabível .....	988
23.2.4.2.4.6.2	Procedimento e requisitos formais .....	988
23.2.4.2.4.7	Homologação .....	989
23.2.4.2.4.8	Fase externa do rito da contratação direta .....	992
23.2.4.3	Destinado a criar, modificar ou extinguir direitos e obrigações .....	995
23.2.4.4	Constitui uma relação jurídica .....	996
23.2.4.4.1	Competências extraordinárias em favor da Administração (cláusulas exorbitantes).....	996
23.2.4.4.1.1	Modificação unilateral do contrato .....	997
23.2.4.4.1.2	Extinção unilateral do contrato .....	999
23.2.4.4.1.3	Fiscalização .....	1000
23.2.4.4.1.4	Aplicação de sanções .....	1000
23.2.4.4.1.5	Ocupação provisória.....	1002
23.2.4.4.2	Restrições à alegação da exceção de contrato não cumprido (exceptio non adimpleti contractus).....	1003
23.2.4.4.3	Teoria dos atos próprios (venire contra factum proprium) .....	1005
23.2.4.4.4	Garantias em favor da Administração.....	1006
23.2.4.4.5	Garantias reforçadas em favor dos particulares (equilíbrio econômico-financeiro) .....	1008
23.2.4.4.5.1	Reajuste .....	1014
23.2.4.4.5.2	Revisão.....	1017
23.2.4.4.5.3	Atualização e compensação financeira .....	1020
23.2.4.4.5.4	Repactuação .....	1022
23.2.4.4.5.5	Pagamento à vista, indenização derivada da responsabilidade objetiva do poder concedente ou extinção do contrato .....	1023
23.2.4.4.5.6	Aporte ou redução de recursos públicos ou aumento ou diminuição do valor pago.....	1025
23.2.4.4.5.7	Alteração de encargos ou do escopo do contrato e a supressão ou alocação de investimentos.....	1026
23.2.4.4.5.8	Prorrogação ou dilação/extensão do prazo contratual.....	1027
23.2.4.4.5.9	Redução ou aumento dos critérios objetivos de avaliação do desempenho .....	1030
23.2.4.4.5.10	Compensação com créditos tributários ou isenções/reduções tarifárias ou fiscais .....	1030
23.2.4.5	Atendendo aos interesses públicos.....	1031

23.2.4.6 Satisfazendo, de modo direto, as necessidades da Administração Pública ou delegando ao particular o exercício de competência pública.....	1032
23.2.5 Características .....	1032
23.2.6 Execução dos contratos administrativos .....	1033
23.2.6.1 Subcontratação .....	1034
23.2.6.2 Substituição .....	1035
23.2.6.3 Termo aditivo, averbação, apostilamento ou anotação no contrato ....	1037
23.2.7 Inexecução dos contratos administrativos.....	1038
23.2.7.1 Inexecução culposa (fato da Administração) .....	1038
23.2.7.2 Inexecução sem culpa (teoria da imprevisão; fato do príncipe; caso fortuito e força maior) .....	1039
23.2.8 Extinção dos contratos administrativos.....	1042
23.2.8.1 Cumprimento do objeto pactuado .....	1043
23.2.8.2 Cumprimento por término do prazo ajustado.....	1043
23.2.8.3 Resolução por impossibilidade material ou jurídica do cumprimento do avençado.....	1044
23.2.8.4 Resilição unilateral, bilateral ou por heterocomposição .....	1044
23.2.8.5 Rescisão judicial.....	1045
23.2.8.6 Nulidade .....	1045
23.2.9 Contratos em espécies .....	1047
23.2.9.1 Contratos de obras e serviços de arquitetura e engenharia .....	1047
23.2.9.1.1 Regime de execução.....	1050
23.2.9.1.2 Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modeling - BIM).....	1052
23.2.9.1.2.1 Atuais modelos de negócio da indústria de arquitetura, engenharia e construção (AEC).....	1053
23.2.9.1.2.2 BIM: um conceito em atualização.....	1055
23.2.9.1.2.3 Os benefícios advindos e os desafios esperados da implementação da tecnologia BIM.....	1057
23.2.9.1.2.4 Implementação do BIM no setor público brasileiro.....	1061
23.2.9.2 Contratos de prestação de serviços em geral.....	1063
23.2.9.3 Contratos de fornecimento .....	1065
23.2.9.4 Contratos de gerenciamento .....	1066
23.2.9.5 Contratos de eficiência .....	1066
23.2.9.6 Contratos de delegação de serviços públicos e de utilização de bens públicos .....	1067
23.2.9.6.1 Contratos de concessão de serviço público .....	1067
23.2.9.6.1.1 Qualidade .....	1067

23.2.9.6.1.2 Preço, reajuste e revisão de tarifas .....	1068
23.2.9.6.1.3 Direitos e deveres de ambas as partes .....	1069
23.2.9.6.1.4 Fiscalização .....	1069
23.2.9.6.1.5 Penalidade .....	1070
23.2.9.6.1.6 Bens reversíveis .....	1071
23.2.9.6.1.7 Prorrogação .....	1071
23.2.9.6.1.8 Prestação de contas .....	1071
23.2.9.6.1.9 Publicação das demonstrações financeiras.....	1072
23.2.9.6.1.10 Foro e modo amigável de solução das divergências contratuais.	1072
23.2.9.6.1.11 Subcontratação, subconcessão e transferência da concessão .....	1072
23.2.9.6.1.12 Responsabilidade.....	1074
23.2.9.6.1.13 Encargos do poder concedente e da concessionária.....	1075
23.2.9.6.1.14 Intervenção .....	1075
23.2.9.6.1.15 Extinção da concessão.....	1076
23.2.9.6.1.15.1 Advento do termo contratual.....	1076
23.2.9.6.1.15.2 Encampação (ou resgate) .....	1076
23.2.9.6.1.15.3 Caducidade .....	1077
23.2.9.6.1.15.4 Rescisão.....	1078
23.2.9.6.1.15.5 Nulidade (anulação ou invalidação).....	1078
23.2.9.6.1.15.6 Falência .....	1079
23.2.9.6.2 Contratos de PPPs .....	1079
23.2.9.6.2.1 Prazo de vigência .....	1079
23.2.9.6.2.2 Penalidade por inadimplemento .....	1079
23.2.9.6.2.3 Repartição de riscos .....	1080
23.2.9.6.2.4 Formas de remuneração .....	1082
23.2.9.6.2.5 Atualidade .....	1083
23.2.9.6.2.6 Inadimplência pecuniária .....	1083
23.2.9.6.2.7 Critérios objetivos de avaliação de desempenho .....	1084
23.2.9.6.2.8 Garantias de execução .....	1084
23.2.9.6.2.9 Compartilhamento de ganhos econômicos.....	1084
23.2.9.6.2.10 Bens reversíveis .....	1084
23.2.9.6.2.11 Cronograma e os marcos para o repasse .....	1084
23.2.9.6.2.12 Contraprestação da Administração nos Contratos de PPPs .....	1085
23.2.9.6.2.13 Garantias dos contratos de PPPs .....	1085
23.2.9.6.2.14 Sociedade de propósito específico .....	1086
23.2.9.6.2.15 Licitação .....	1087
23.2.9.6.2.16 Dispositivos aplicáveis a União .....	1090
23.2.9.6.2.16.1 Órgão gestor específico.....	1090

23.2.9.6.2.16.2 Fundo garantidor das PPPs (FGP).....	1091
23.2.9.6.2.17 Valor mínimo .....	1096
23.2.9.6.2.18 Limite de 1%.....	1096
23.2.9.6.2.19 Arbitragem .....	1097
23.2.9.6.2.20 Poder Público como financiador .....	1098
23.2.9.6.2.21 Subsídios cruzados e subsídio público.....	1098
23.2.9.7 Outras espécies de contratos .....	1099
23.3 Convênios administrativos.....	1100
23.3.1 Variação de nomenclatura e disciplina legal.....	1100
23.3.2 Conceito de convênios administrativos.....	1101
23.3.3 Elementos constitutivos do conceito.....	1101
23.3.3.1 Ato administrativo complexo.....	1101
23.3.3.2 Acordos ou avenças firmados por 2 (dois) ou mais polos, sendo um deles integrantes da Administração Pública.....	1102
23.3.3.3 Para realização de objetivos de interesse comum e que visam à satisfação dos interesses públicos .....	1102
23.3.3.4 Sem intuito lucrativo .....	1102
23.3.4 Diferença entre contratos e convênios administrativos.....	1103
23.3.5 Atividades que podem ser objeto de convênio.....	1105
23.3.6 Ausência de personalidade jurídica própria, prévia autorização legislativa e inexistência de licitação .....	1106
23.3.7 Procedimentalização para celebração .....	1107
23.3.8 Controle.....	1108
23.4 Contratos de consórcios públicos, de rateio e de programa .....	1108
23.4.1 Licitações nos consórcios públicos .....	1113
23.5 Termos de colaboração, de fomento e acordos de cooperação .....	1113
23.6 Contratos de desempenho .....	1114
23.7 Contratos de gestão .....	1115
23.8 Termos de parceria.....	1116
23.9 Contrato de fomento.....	1118
23.10 Acordos tripartites (direct agreement) .....	1119
23.11 Outros (ajustes, acordos, convenções, tratados, protocolos, etc.).....	1119

<b>CAPÍTULO XXIV - COAÇÃO ADMINISTRATIVA, ATIVIDADE TÉCNICA OU MATERIAL ADMINISTRATIVA, ATOS PRIVADOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO, ATOS POLÍTICOS OU DE GOVERNO E ATOS LEGISLATIVOS .....</b>	<b>1121</b>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------

24.1 Coação administrativa .....	1121
24.1.1 Exigibilidade e executoriedade .....	1123
24.1.2 Tipos de coação administrativa .....	1126
24.1.2.1 Execução forçosa .....	1127
24.1.2.1.1 Requisitos .....	1129
24.1.2.1.2 Meios .....	1129
24.1.2.1.3 Limites .....	1131
24.1.2.2 Coação direta e imediata .....	1132
24.1.2.2.1 Casos possíveis de utilização .....	1135
24.1.2.2.2 Limites .....	1136
24.2 Atividade técnica ou material administrativa .....	1137
24.2.1 Atividades materiais naturais e atividades técnicas ou materiais humanas .....	1139
24.2.2 Via de fato administrativa .....	1140
24.3 Atos privados praticados pela Administração .....	1142
24.4 Atos políticos ou de governo .....	1144
24.4.1 Teoria do motivo político ou da causa subjetiva .....	1145
24.4.2 Teoria da natureza do ato ou da causa objetiva .....	1146
24.4.3 Teorias empíricas e negativas .....	1148
24.4.4 Concepção atual .....	1149
24.5 Atos legislativos da Administração .....	1152
24.5.1 Medidas Provisórias .....	1153
24.5.2 Leis Delegadas .....	1155
24.5.3 Atos administrativos unilaterais abstratos (ato administrativo legislativo/normativo) .....	1156
24.6 Atos judicantes (jurisdicionais) da Administração .....	1159
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	1163

### ANEXO III

<b>DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS</b> .....	1200
----------------------------------------	------